



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

## RACISMO ESTRUTURAL E SEUS DESDOBRAMENTOS: UM DEBATE NECESSÁRIO AO SERVIÇO SOCIAL

Paula Santos de Jesus<sup>1</sup>

Daniel Tadeu Alves<sup>2</sup>

Marcia Campos Eurico<sup>3</sup>

**Resumo:** Compreendendo a necessidade de concretização do comprometimento da categoria profissional com o projeto ético-político, a inclusão da discussão do debate étnico-racial na formação das assistentes sociais é parte constituinte desse processo. Por isso, as laudas que seguem visam contribuir com a construção de elementos que embasem essa futura e possível alteração nos currículos acadêmicos.

**Palavras-chave:** Serviço social, projeto ético-político, discussão étnico-racial, formação profissional.

**Abstract:** Understanding the need to fulfill the commitment of the professional category to the ethical-political project, the inclusion of the discussion of ethnic-racial debate in the training of social workers is a constituent part of this process. therefore, the following pages seek to contribute to the construction of elements that support this future, and possible, change in academic curriculum.

**Keywords:** Social service, ethical-political project, ethnic-racial discussion, professional training.

### 1. INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo é evidenciar a necessidade da apreensão acerca da discussão étnico-racial, numa perspectiva de totalidade, para o Serviço Social. Desta forma, o documento norteador de nossa produção é o “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” da ABEPSS (2018). Além disso, outras produções serão consultadas a fim de embasar teórica e bibliograficamente a solidificação de nossa hipótese de pesquisa.

A forma de construção deste breve pensamento segue a linha analítica tanto sobre a formação racializada da sociedade brasileira de modo geral, quanto sobre o Serviço Social enquanto categoria profissional. Concomitantemente, apresentaremos a relação entre a escolha metodológica por um debate na perspectiva crítica e a importância de assumir a

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Faculdade Paulista de Serviço Social, E-mail: paula.termo.social@gmail.com.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social, Faculdade Paulista de Serviço Social, E-mail: paula.termo.social@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor com formação em Serviço Social, Faculdade Paulista de Serviço Social, E-mail: paula.termo.social@gmail.com.

responsabilidade que é a inclusão dessa discussão nas reflexões das/dos assistentes sociais.

A discussão da questão étnico-racial por parte da categoria profissional, desde a formação até as instâncias de representação, colabora com o processo de consolidação do projeto ético-político da profissão. É também parte do compromisso com as lutas sociais e contra os processos de opressão às minorias políticas. Lutar pela construção de uma nova sociabilidade justa e igualitária é, inicialmente, assumir essa responsabilidade de reflexão sobre a possibilidade de uma sociedade livre e pressupõe coibir toda e qualquer prática racista, patriarcal, LGBTfóbica e classista, para então criar estratégias conjuntas de superação do modo de produção atual.

A partir do entendimento de que o racismo constitui as relações sociais nos seus padrões de normalidade (Almeida, 2016) e está presente na forma como estas se realizam, trataremos aqui uma abordagem sobre essa ideologia enquanto estruturante da sociabilidade brasileira. Sendo assim, utilizaremos o conceito de *racismo estrutural* definido pelo autor como uma ideologia que não se limita à discriminação direta ao indivíduo oprimido, mas é, sobretudo, um norteador de ações inconscientes que agem para definir a dinâmica das relações sociais em três pontos fundamentais, sendo eles a economia, a política e a subjetividade, o que vem sendo debatido na mesma direção por Maria Aparecida Silva Bento:

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social (BENTO, 2002, p. 25).

O desafio que se coloca para a produção de conhecimento acerca das relações raciais com base no método marxista passa obrigatoriamente pelo acesso às pesquisas e produções de intelectuais brasileiros e estrangeiros, que realizam a análise da sociedade a partir da intrínseca relação entre raça e classe, na produção e reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista, no interior do qual o racismo tem uma função primordial.

O professor Clóvis Moura (1988) nos oferece elementos fundamentais para pensar o negro escravizado no Brasil, como trabalhador a serviço da estrutura capitalista europeia e, entre outros componentes, destaca a política de imigração, cujo investimento público ganha amplitude por volta de 1850. A leitura do conjunto de sua obra nos provoca a questionar o quanto a nossa escrita pode ser funcional ao projeto de dominação da branquitude, que atribui à população negra a responsabilidade por sua condição geral de miserabilidade.

## **2. RACISMO! O QUE O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO TEM A VER COM ISSO?**

A fim de facilitar a junção, no campo das ideias, entre a importância da discussão acerca do racismo e o compromisso com o projeto ético-político da categoria, iniciaremos nossa argumentação trazendo à tona o que Iamamoto e Carvalho (2014) dizem a respeito do Serviço Social e sua importância no processo de reprodução das relações sociais.

A atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social a prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014. p.80)

Há que se destacar que o contexto em que surge a profissão no país é de intensos embates e disputas de um projeto societário que via na miscigenação e na branquitude a tábua de salvação da sociedade brasileira, e que localizavam na parcela negra da população os riscos de fracasso do projeto nacional. Do ponto de vista das ações profissionais no âmbito do Serviço Social, estas eram mediadas por valores morais e religiosos, que tinham como suporte o conservadorismo cunhado com base na Doutrina Social da Igreja Católica.

Neste contexto, o debate racial, ainda que efervescente na sociedade, não ganha destaque no interior da profissão, preocupada com o controle sobre a classe trabalhadora, massificada. Apenas no decurso dos anos 1980, com o desenvolvimento do Serviço Social crítico, no processo de redemocratização do país há uma abertura maior para se pensar as lutas sociais, a partir das vivências cotidianas da própria classe trabalhadora e o debate racial encontra ressonância em uma parcela minoritária dos profissionais. Do ponto de vista do debate acerca do racismo, o período também é frutífero e o avanço da luta contra o preconceito e a discriminação étnico-racial, quer seja em âmbito nacional, quer seja internacionalmente, tem forte incidência sobre a profissão. O que de maneira geral ocorre a partir da intervenção protagonizada por várias mulheres negras, militantes na área das relações raciais, que ingressaram na profissão e passaram a reivindicar a ampliação do debate e a exigir respostas institucionais acerca do racismo. A partir desta década o coletivo profissional será provocado a repensar suas referências teóricas e ampliar o debate para apreender os desdobramentos do racismo institucional no trabalho profissional.

Importância que se verifica, por exemplo, nas deliberações da categoria profissional a partir das/dos profissionais, que integram a gestão do Conselho Federal de Serviço Social no período de 1990-1993 e que defendem a inclusão da não discriminação que aparece como um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, aprovado em 1993.

Ainda assim, a ausência, ou melhor, a presença fragmentada da discussão étnico-racial na formação em Serviço Social e na própria categoria pode ser considerada uma manifestação de determinantes sociais. Como por exemplo, a consolidação do mito da

democracia racial enquanto ferramenta fundamental para manutenção do racismo estrutural. Para uma compreensão mais aprofundada sobre o tema pode-se considerar o culturalismo defendido por Gilberto Freyre (2005) que subsidiou a construção da modernidade brasileira a partir da permanência das discriminações “disfarçadas” pela democracia racial. Para ele, era importante a valorização dos hábitos culturais e das matrizes genéticas que constituíam o povo brasileiro.

Freyre apresentava o período escravista mergulhado em um romantismo naturalizador das relações raciais. Sustentava a concepção de harmonia entre escravizadores e escravizados, brancos e negros, o que fundamentou a ausência de questionamentos às hierarquias sócio raciais. Por isso, a “democracia racial” nada mais era – e permanece sendo - do que a defesa da existência de relações “amigosas entre diferentes” nas quais o indivíduo que pertencesse à camada inferiorizada deveria sujeitar-se ao outro, branco superiorizado (Paixão, 2006).

Dessa forma, sem a concepção de que no Brasil as diferenças eram (e permanecem sendo) consideradas critérios para a concretização de desigualdades, a democracia racial ganhou força como elemento primordial para a construção das relações sociais no capitalismo. O Serviço Social também se constituiu a partir dessa ideologia, evidenciada no distanciamento da luta contra o racismo, ainda que este seja anterior ao surgimento e consolidação da profissão no país.

O racismo está diretamente ligado à maneira como vem se consolidando a reprodução das relações sociais, o que significa que ele se faz presente na construção das relações de trabalho, familiares, religiosas e todas as que estão incluídas na totalidade da vida cotidiana.

É de suma importância apontar que o racismo estrutural e as estruturas necessárias para a manutenção e continuidade desta ideologia foram instituídos durante o processo sócio-histórico de desenvolvimento do sistema capitalista, a partir de pensamentos racionais, ou seja, através da consciência e das práticas concretas de indivíduos que introduziram ideologias como o racismo e o machismo no bojo do Estado, de suas políticas e das instituições que este mantém.

Pensar as instituições e as ações do Estado no sistema capitalista é apreender as exigências necessárias para manter o pleno funcionamento deste, a partir dos ditames do capital e dos interesses das classes dominantes, ou seja, se trata de compreender as condições estruturais de manutenção para continuidade do capitalismo.

Tais condições são expressas no Estado, este se apresentando enquanto a principal instituição do capitalismo, uma vez que é responsável pela mediação das relações sociais na sociedade de classes. Essas relações mediadas pelo Estado têm na política um aparato

de mediação na dimensão das relações de poder, seja por meio da violência física, seja pela reprodução de ideologias que justificam a dominação entre os indivíduos, grupos e classes sociais, que no capitalismo ocorre pela exploração da mão de obra da classe trabalhadora pela classe dominante.

A política - como mecanismo de manutenção das relações de poder no Estado burguês - está inundada pela ideologia racista de dominação de tal maneira que, atendendo aos interesses da classe dominante, fornece condições para reprodução do racismo infiltrando-o nos indivíduos e nas instituições que compõe a sociedade capitalista brasileira. Ou seja, “o racismo está inscrito nas estruturas sociais e no modo de funcionamento da política e da economia. Ao contrário do que se poderia pensar, o racismo, que só se reproduz com base no poder político, é quem forma os ‘sujeitos racistas’(...)” (ALMEIDA, 2015, p. 755).

Neste sentido, os níveis de exploração da mão de obra, a brutalidade com que este processo acontece, podem variar a depender de diversos elementos, como bem lecionou Silvio Almeida, “Mas mesmo a produção e a extração da mais-valia, processos que dão especificidade ao capitalismo, não são estritamente econômicos, e dependem de uma série de condições extra econômicas para se reproduzir” (ALMEIDA, 2015, p. 753). Uma das condições extras econômicas explicitadas por nós na análise do processo de produção e reprodução do capitalismo é a ideologia racista de dominação, ou seja, o racismo.

O racismo é umas das ideologias (assim como o machismo, a xenofobia e etc.) que solidifica e legitima o poder político manuseado pelo Estado burguês que, buscando atender os interesses das classes dominantes, determina os níveis de exploração, superexploração e os lugares a serem ocupados pelos indivíduos, grupos e classes sociais inseridos no capitalismo, a partir das opressões de gênero, raça e etnia.

Estes processos ocorrem articulando violências físicas, psicológicas, institucionais e simbólicas contra a população negra, violências essas que são expressões do genocídio antinegro enquanto política do Estado burguês brasileiro, executada através do racismo institucional, estruturado no bojo da sociedade brasileira ao longo do desenvolvimento do capitalismo periférico. A incidência maior ou menor de determinadas expressões do genocídio antinegro se dará mediante as necessidades específicas do modo de produção capitalista de acordo com o momento histórico vivenciado, conforme Alves (2018).

Assim, nas palavras de Luciano Góes (2017),

É dizer que o racismo é ontológico, estrutural, estruturante e condicionante de relações de todo Ocidente, arquitetado sob a concepção de raças, construções políticas-sociais enraizadas em uma “superioridade” (re)legitimadas sistematicamente que dispensa, hoje, qualquer fundamentação, mantendo-se pelas práticas hierarquizantes, funcionais à manutenção da estrutura social (NASCIMENTO, 2007, apud GÓES, 2017, p. 4).

Concordamos com o professor Clovis Moura (1994) quando este afirma que o racismo é “(...) uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação (...)” (MOURA, 1994, p. 1), e é a partir dessa compreensão, segundo a qual apreendemos o racismo como instrumento de efetivação de uma ideologia burguesa de poder e dominação, que a discussão sobre o debate étnico-racial se faz não urgente e necessária. Inclusive porque, segundo Iamamoto e Carvalho (2014):

as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 81)

É numa tentativa contra hegemônica de formação profissional que essas discussões devem ser consideradas. Não apenas como possibilidade de reconhecimento de privilégios detidos pela branquitude<sup>4</sup> (e que também devem ser discutidos), mas primordialmente porque:

O equacionamento da questão não se restringe às ações profissionais isoladamente. Antes precisa contemplar a formação profissional, com análises críticas sobre a *questão racial*; a produção de conhecimento nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado; o combate ao racismo nas diversas instituições, públicas e privadas. A suspensão do cotidiano para a reflexão dos efeitos nocivos do racismo na sociedade brasileira e o retorno do sujeito à realidade, cada vez mais crítico; e uma interface urgente entre o Serviço Social e as outras áreas das ciências sociais, que acumularam ao longo de décadas conhecimentos teóricos riquíssimos acerca da *questão racial* no Brasil. (EURICO, 2013. p.308).

Por isso, os Subsídios para o Debate Étnico-Racial na Formação em Serviço Social não dizem respeito apenas a um posicionamento isolado de parte da categoria profissional, mas a um processo basilar de luta pela construção de uma nova sociabilidade na qual as diversas formas de exploração, opressão e dominação devem ser superadas. Esta empreitada requer o compromisso ético-político de todas(os) profissionais, uma vez que a ideologia racial falseia a realidade e não raro, os assistentes sociais se colocam como instrumentos a serviço da classe dominante localizando na própria população negra as explicações para a persistência da desigualdade étnico-racial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>4</sup>O conceito de branquitude nos termos de Lia Vainer Schucman (2014) nos permite apreender o “ser branco”, enquanto alguém que ocupa determinadas posições e lugares sociais vinculados, no caso da experiência brasileira, à aparência, ao status e ao fenótipo, assim do mesmo modo que as categorias de classe e gênero, “a categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade” (p. 85).

A partir da reflexão proposta, apreender os determinantes das desigualdades raciais no Brasil e garantir a inclusão do debate étnico-racial na graduação, pós-graduação e nas atividades de pesquisa em Serviço Social a partir da perspectiva de totalidade social e não apenas como tema de interesse restrito a pesquisadores sensíveis aos danos causados pelo racismo no país é uma tarefa urgente, um imperativo ético. Análises reducionistas do debate étnico-racial podem levar a reflexões equivocadas que não refletem o movimento concreto do real, ou ainda pior, análises que possam deslegitimar opressões históricas contra a parcela negra da classe trabalhadora.

É preciso ampliar a discussão racial, enquanto viés analítico nos estudos sobre relações sociais brasileiras, apreender como as diversas manifestações do racismo são percebidas e enfrentadas pela categoria profissional, bem como aprofundar em nível de graduação, pós-graduação e no cotidiano profissional as análises sobre a quem interessa a manutenção da operacionalização do genocídio antinegro pelo Estado Burguês brasileiro, uma vez que este se consolida como uma das políticas de Estado responsáveis pela manutenção dessa ordem societária, ditando o funcionamento das instituições, legitimando toda e qualquer violência contra a parcela negra da classe trabalhadora e fazendo a divisão racial do trabalho no capitalismo periférico brasileiro.

Ampliar a compreensão acerca da dimensão estrutural do racismo e seus rebatimentos na dinâmica das relações sociais, e no processo de manutenção das condições necessárias para a reprodução do capitalismo, é de suma importância para o aprofundamento do debate racial no seio da profissão. Ainda que tendo como obstáculo o racismo institucional que atravessa as unidades de formação acadêmicas e demais espaços formativos na graduação e pós-graduação, essa é uma pauta que não pode mais ser ignorada por todas(os) aquelas(es) comprometidos com o projeto ético político do Serviço Social, com análises totalizantes e com leituras coerentes com o movimento concreto do real.

[...] mais do que “fotografar” a realidade da incorporação da temática étnico-racial pelo Serviço Social, o importante nesse processo é contribuir para que a discussão étnico-racial, com toda a sua riqueza e sua dimensão histórica, saia dos porões acadêmicos e assuma espaço de visibilidade e importância político-acadêmica nas pesquisas de pós-graduação, nas atividades de extensão universitária e, sobretudo, no processo de formação profissional (ROCHA, 2014, p.181, apud ABEPSS, 2018, p. 11).

Assim, é mister explicitar que as proposições deste artigo convergem com as lutas gerais da classe trabalhadora e que tem como horizonte outra ordem social, que só se realizará a partir da apreensão da dinâmica das relações sociais, em seu processo dinâmico e contraditório, cujas mudanças societárias só podem ser desveladas enquanto possibilidade concreta nas tramas do real e na ação crítica e consciente do sujeitos

coletivos, na perspectiva da totalidade social, cuja análise contempla o racismo estrutural e seus desdobramentos no bojo das relações sociais no capitalismo periférico brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS, Executiva Nacional. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. Espírito Santo: ABEPSS, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. SÃO PAULO: TV Boitempo, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>>. acesso em: 22 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Estado, direito e análise materialista do racismo**. In: Celso Naoto Kashiura Junior; Oswaldo Akamine Junior, Tarso de Melo. (Org.). Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. 1ed.São Paulo: Outras Expressões; Dobra universitário, 2015, v., p. 747- 767.

ALVES, Daniel Tadeu. **A Relação Estrutural Entre Capitalismo E Racismo: O Genocídio Da População Negra Enquanto Projeto Societário**. v. 16, n. 1. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Espírito Santo. 2018

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

EURICO, Marcia, Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. Serviço Social e Sociedade. 2013, n.114, pp.290-310.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora. 2005

GÓES, Luciano. **PÁTRIA EXTERMINADORA: O PROJETO GENOCIDA BRASILEIRO**. Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate, Natal, v. 2, n. 5, p.53-79, maio 2017. Semestral.

IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2014

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, Série Fundamentos. 1988.

\_\_\_\_\_. **O racismo como arma ideológica de dominação**. In: Revista Princípios, São Paulo, n. 34, agosto a outubro de 1994.

PAIXÃO, Marcelo. **O Justo Combate: relações raciais e desenvolvimento em questão**. Espírito Santo: Revista Simbiótica, 2006.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro.



SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. Revista Psicologia e Sociedade, 2014. 26 (1). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/10.pdf>>. Acesso em 17 jun.2019.